MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 18 — 20 MAIO 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SECULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

TRABALHADORES E SINDICATOS

A CONSCIÊNCIA DE NECESSIDADE

As flores, solícitas, desfolham-se
Há mais de uma década, ao fim de um longo poema
Verifiquei que assim era

Jorge de Sena

PRIMEIRO-MINISTRO 1.º DE MAIO DE 1975.

Que pede, então, o MFA, aos trabalhadores?

— Coesão e unidade em torno de objectivos verdadeiramente nacionais, objectivos estes em cuja determinação participarão.

— Subalternização das lutas políticas partidárias, no seio das organizações sindicais.

— Lucidez em face da realidade nacional.

— Realismo reivindicativo.

— Análise e discussão ideológica da proposta esquerdista e anarquisante, e dos perigos a que pode conduzir a sua falta de capacidade real para a solução dos problemas correntes.

— Combate aturado aos divisionistas e provocadores.

— Trabalho militante, e exemplarmente revolucionário.

— Encarar a valorização profissional como uma opção verdadeiramente revolucionária.

Compreensão de que sem a reconstituição do aparelho económico e do aparelho do estado, sem o desenvolvimento económico, não é possível nem ao Governo Provisório nem ao MFA, convergir as graves distorções salariais herdadas do fascismo.

LEI DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS
ALGUNS ARTIGOS

Artigo 1.º — O presente diploma regula o exercício da liberdade sindical por parte dos trabalhadores e será revisto dentro do prazo máximo de um ano a contar da data da sua publicação.

Art. 2.º — Para efeitos do presente diploma entende-se por:

a) Trabalhador — aquele que mediante retribuição presta a sua actividade a outra pessoa sob direcção desta;

b) Sindicato — associação permanente de trabalhadores para defesa e promoção dos seus interesses socio-profissionais.

Art. 3.º — É assegurado aos trabalhadores o direito de associação sindical para defesa e promoção dos seus interesses socio-profissionais.

Art. 4.º — Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses socio-profissionais dos trabalhadores que representam, e designadamente:

a) Celebrar convenções colectivas de trabalho;

b) Prestar serviços de carácter económico e social aos seus associados.

Art. 6.º — 1. É proibido às entidades e organizações patronais ou a quaisquer organizações não sindicais, formular a constituição, manter ou subsidiar, por quaisquer meios, associações sindicais ou, de qualquer modo, intervir na sua organização e direcção.

2. As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destes na sua organização e direcção, bem como o seu recíproco financiamento.

3. É incompatível o exercício de cargos em corpos gerentes de associações sindicais com o exercício de qualquer cargo de direcção em partidos políticos, ou instituições religiosas.

Art. 8.º — 1. A assembleia constituinte de qualquer associação sindical deve ser e mostrar-se convocada em termos de ampla publicidade, com menção de hora, local e objecto, e a antecedência mínima de quinze dias.

Art. 17.º — 3. O voto será sempre directo, e ainda secreto quando se trate de eleições e de deliberação sobre integração noutras organizações sindicais ou associação com elas.

Art. 23.º — Os membros dos corpos gerentes das associações sindicais não podem ser transferidos de local de trabalho sem o seu acordo.

Art. 35.º — 1. O despedimento de trabalhadores que desempenhem funções de delegado sindical, ou que as hajam desempenhado há menos de cinco anos, com início em data posterior a 25 de Abril de 1974, presume-se feito sem justa causa.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PALAVRAS DE SERENIDADE REVOLUCIONÁRIA

Calma, ordem, tranquilidade e trabalho
para a construção da nossa Democracia.
Assim venceremos.

A BATALHA DA PRODUÇÃO (1)

PORQUÊ E PARA QUÊ

Com a alteração da situação política mundial, fruto da vitória dos aliados no fim da 2.ª Grande Guerra, o governo fascista português ensaiou uma adaptação da sua política económica às novas condições mundiais, mas tentando salvar tudo quanto vinha da fase anterior e que tinha contribuído para criar as condições favoráveis ao desenvolvimento dos monopólios.

Esta adaptação caracterizou-se pelo lançamento de um processo de industrialização que assentou fundamentalmente na iniciativa privada, sendo a actuação do Estado meramente de apoio.

Assentando este processo na iniciativa privada era necessário criar condições favoráveis a lucros altos e à aceleração da acumulação e concentração de capitais.

Para isso protegeram-se os monopólios da concorrência estrangeira como da concorrência interna. Contra a externa usou-se a pauta aduaneira; contra a interna empregou-se uma arma já largamente utilizada no período anterior à guerra — o Condicionamento Industrial. Este consistia numa limitação imposta pelo Estado à livre disposição e exercício dos bens e actividades industriais, tal como se afirmava no Relatório sobre Condicionamento Industrial publicado em 1936.

Concederam-se isenções fiscais e financiamentos públicos que apenas serviam os monopólios e não a colectividade.

Pagaram-se mal as matérias-primas, especializando as funções económicas da metrópole e das colónias de modo a produzir as matérias primas nestas e a transformá-las industrialmente na metrópole.

Mantiveram-se salários a níveis baixos, quase de subsistência, aniquilando o poder sindical (o que foi levado a cabo no 1.º período) e impondo entraves ao seu renascimento através de uma redução deliberada da dimensão dos sindicatos, homologação das direcções por entidades oficiais e supressão do direito à greve.

Vejamos quais os custos económico-sociais e as consequências deste modelo no sector agrícola.

Para se conseguir salários baixos, além do necessário aniquilamento do poder sindical era necessário que os preços dos produtos essenciais que iriam permitir a subsistência da força de trabalho, fossem baixos.

A solução encontrada para a manutenção a níveis baixos dos preços dos bens alimentares essenciais, consistiu numa declarada política anti-nacional iniciada em 1947.

Por essa altura a inflação crescia galopantemente e o mercado negro alastrava por todo o lado com a consequente diminuição dos salários reais. As massas populares, pela situação em que se encontravam e por efeito da vitória dos aliados, ameaçavam manifestar-se. Os monopólios, perante a perspectiva de greves e um aumento substancial dos salários, forçaram o Governo a tomar decisões com vista a combater o aumento do custo de vida. Foi por este motivo que o então Ministro da Economia pôs em prática um esquema de importação maciça de géneros: garantindo o abastecimento do mercado pretendia impôr a contentação dos preços dos produtos agrícolas, evitar o aumento do custo de vida e a necessidade premente do aumento de salários e as perturbações de trabalho daí decorrentes.

Estas importações, feitas sem plano nem método, vieram arruinar os pequenos e médios agricultores nacionais.

Deste modo, quando o país necessitava de fazer um apetrechamento agrícola, quando as necessidades da agricultura se agravavam pois esta vivia com técnicas primitivas e rudimentares, a braços com falta de crédito que sendo baseado na garantia hipotecária só era concedido aos grandes proprietários, lutando com dificuldades na aquisição de produtos para a agricultura, obrigada a hipotecar as terras, sugada pelos organismos corporativos com taxas e mais taxas, o Governo, em vez de acudir a esta situação, veio cavar mais fundo a sua ruína, impondo preços incomportáveis para os produtos agrícolas, dado que os limitava com a concorrência dos produtos importados.

Esta política, aliada a uma deliberada intenção de que os preços internos só de longe fossem revistos, provocou no sector da agricultura uma contenção das receitas, enquanto os seus custos de produção continuavam a ser cada vez mais elevados.

Para obviar a gravidade da situação, montou-se um sistema de incentivos que ia desde o crédito barato aos mais variados subsídios. Porém, dele só viriam a beneficiar os grandes proprietários, ou seja, apenas se auxiliava quem muito já tinha e muito explorava. Por um lado, houve a preocupação de não divulgar esse sistema de incentivos não tendo assim os pequenos e médios agricultores, conhecimento da sua existência. Por outro lado, estes não reuniam as condições para dele se poderem aproveitar nem dominavam a complexa e cara máquina administrativa montada para o efeito — organismos corporativos e organismos de coordenação económica — por falta de poder político, económico e cultural.

Esta situação, cujas vítimas foram os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores rurais, conduziu ao desinteresse pelo trabalho da terra que determinou o afrouxamento da produção e o agravamento do desemprego na agricultura.

Como o desenvolvimento industrial não foi sufuciente para absorver os excessos de mão-de-obra, a emigração foi a solução natural (na década de 60 saíram do País mais de um milhão de portugueses).

Ao êxodo dos campos para os grandes centros industriais e à emigração veio

(Cont. na pág. 3)

NESTE NÚMERO

- As empresas nacionalizadas
- Dinamização Cultural
- O desenvolvimento da Cultura Popular
- Assembleia de Delegados da Força Aérea
- Nacional: Revolução ou reacção
  Internacional: A libertação do Vietnam
- Poster: MFA/Raízes de uma Revolução

AINDA O 11 DE MARÇO

(Parte final da mesa redonda na TV com a Comissão de Inquérito)

Pergunta — O que é que pensa sobre o realce dado por alguns órgãos de informação à notícia sobre o assassinato de alguns políticos, tal como vem no Relatório?

Resposta — Trata-se de uma informação colhida de um membro da PIDE que está preso; a fonte não é dos contra-revolucionários. Ele diz que deveriam ser eliminados, entre outras pessoas, o Primeiro-Ministro, o brigadeiro Otelo, o Presidente da República, Mário Soares, Salgado Zenha, e que dos comunistas não escapava nenhum.

Ora cada um faz o jornalismo que entende, ou que lhe convém. Portanto se uns põem em grande relevo o Sr. Dr. Mário Soares ou o Sr. Dr. Salgado Zenha, se outros põem tudo e se esquecem da eliminação dos comunistas, se outros puseram tudo e se esqueceram do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, naturalmente terão as suas razões e conveniências, jornalísticas ou pessoais.

Este relatório é um Relatório Preliminar de uma Comissão de Inquérito que está a trabalhar sob um ponto de vista técnico. Não é uma Comissão que esteja a trabalhar com quaisquer finalidades políticas. É lamentável que haja órgãos de informação que aproveitem afirmações que são retiradas de depoimentos. Até admito que o fazem com fins eleitoralistas. Se atentarmos ao que está escrito no relatório, vemos que:

"Na lista dos indivíduos a eliminar constava também Mário Soares e Salgado Zenha e que dos comunistas não escapava nenhum, uma vez que se apoderariam das listas de legalização dos partidos. Que o próprio Spínola serviria apenas por agora, mas que mais tarde seria igualmente eliminado."

Já no 28 de Setembro também o fim do ex-general Spínola era o mesmo. Isto não era um objectivo dos contra-revolucionários. Não podemos aqui misturar o golpe do 11 de Março com estas declarações que, mostram que há ligação, há troca de informações, entre o que se passa no exterior e os PIDES.

Essa troca de informações revela que a PIDE continua sempre subjacente a todos estes processos. Quando se põe tendenciosamente que só o Dr. Mário Soares e Salgado Zenha é que iriam ser assassinados, ou quando se põe só que "dos comunistas não escapava nenhum", não se está enquadrado no espírito deste Relatório. É preciso ter bem presente que se deve ou transcrever tudo, ou não utilizar só uma pequena parte para fins de exploração política.

Perg. — Quais as forças políticas implicadas no golpe contra-revolucionário?

Resp. — As averiguações continuam. Podemos dizer que provas concretas ainda não as temos. Há muitos indícios. Do que não temos dúvida nenhuma é que quem quiser ler o Relatório com atenção, ler os seus anexos, especialmente o discurso do ex-general Spínola, e que tenha acompanhado toda a evolução deste processo, poderá tirar as suas conclusões. O que podemos garantir é que as forças progressistas que estão do lado do Movimento, essas não estavam com os contra-revolucionários.

Ainda a propósito do possível envolvimento de partidos políticos neste golpe, queria fazer aqui uma referência ao rascunho do discurso do ex-general Spínola. Há aqui uma parte, que diz a certa altura, logo na primeira página:

"... ninguém jamais teve razão alguma para equivocar-se quanto ao ideário progressista que sempre expendi publicamente."

O progressista até está sublinhado porque é mesmo sublinhado que aqui vem. Acontece que no original, foi escrito:

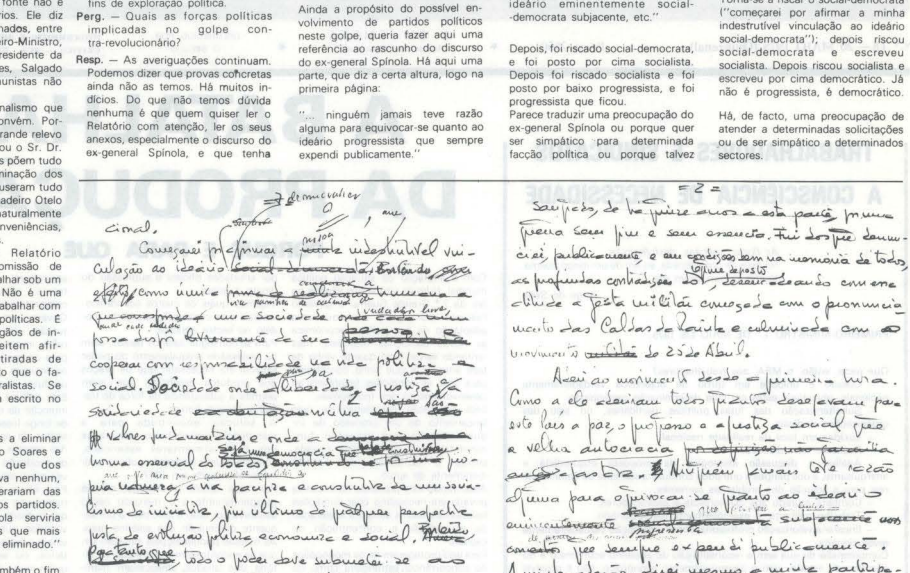
"... ninguém jamais teve razão alguma para equivocar-se quanto ao ideário eminentemente social-democrata subjacente, etc."

Depois, foi riscado social-democrata, e foi posto por cima socialista. Depois foi riscado socialista e foi posto por baixo progressista, e foi progressista que ficou.

Parece traduzir uma preocupação do ex-general Spínola ou porque quer ser simpático para determinada facção política ou porque talvez tenha indicações para dizer determinadas frases ou para evitar determinados temas. Isso agora deixo à sua interpretação.

Há aqui outra parte à frente, em que sucede exactamente o mesmo. Torna-se a riscar o social-democrata ("começarei por afirmar a minha indestrutível vinculação ao ideário social-democrata"); depois riscou social-democrata e escreveu socialista. Depois riscou socialista e escreveu por cima democrático. Já não é progressista, é democrático.

Há, de facto, uma preocupação de atender a determinadas solicitações ou de ser simpático a determinados sectores.



1.os JOGOS FLORAIS NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO

A CBE e a CCTC do Instituto Hidrográfico, com vista a uma maior dinamização interna, levaram a efeito os 1.os Jogos Florais do Instituto Hidrográfico, subordinados aos temas: *"1.º Ano em Liberdade"* e *"Unidade Povo-MFA"*.

Foram apresentados 15 trabalhos de pintura, desenho e poesia, os quais foram expostos na nossa sala de convívio e sujeitos à votação dos visitantes. Os trabalhos mais votados foram:

Desenho, um poster do desenhador Manta.

Poesia, um poema do sargento-ajudante Jerónimo, que adiante se transcreve.

Há a salientar dois factos importantes neste convite à participação das pessoas num modo de vida diferente:

1.º — Numa organização onde trabalham cerca de 300 pessoas (civis e militares), abrangendo uma gama vasta de graus de cultura, apenas foram apresentados 15 trabalhos;

2.º — Que esses 15 trabalhos são de apenas 6 participantes das camadas que menos acesso tiveram à cultura.

Perante estes factos e aproveitando a oportunidade que nos é dada pelo *BOLETIM* queremos deixar aqui expresso um apelo:

Que as pessoas, umas se desinibam e as outras desçam do seu pedestal e se irmanem numa participação efectiva de convívio, de transmissão de conhecimentos e manifestações culturais, para assim poder-mos, todos juntos, caminhar a passos cada vez mais largos no caminho traçado pela Revolução em curso por um Portugal melhor.

Poema classificado:

No Abril em Portugal
De encanto Primaveril
Deu-se um golpe genial
O 25 de Abril!
Saímos da escuridão
Da farsa da fantasia
Sem tiros nem opressão
Nasceu um novo dia!
Um Portugal Novo
Que avante singrará
Apoiados no seu Povo
E no MFA!

Sarg.-aj. Jerónimo

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INTERSINDICAL

Como é de conhecimento público o Conselho da Revolução decidiu institucionalizar a Intersindical Nacional. Pela importância do acontecimento transcrevemos na integra o decreto respectivo.

1. Considerando a necessidade de legalizar as organizações sindicais de âmbito nacional ou regional com representatividade comprovada, e cuja constituição o fascismo persistentemente tentou impedir;

2. Considerando que as recentes nacionalizações da banca, seguros, sectores básicos da indústria, transportes e comunicações, a reforma agrária e as medidas que a nível político e económico têm sido tomadas no último mês, permitem dizer que em Portugal se deram passos decisivos na consolidação da Democracia e na abertura do caminho para a construção do Socialismo;

3. Considerando que, em seguimento das medidas de reforma de estrutura económica do País só a mobilização e ampla participação das massas populares para defesa da economia nacional e melhoria da produção poderá garantir a consolidação das conquistas já feitas e abrir caminho a novos e mais profundos passos;

4. Considerando que é condição indispensável para vencer as grandes batalhas a travar na caminhada para o Socialismo, que os trabalhadores portugueses reforcem a sua unidade e coesão em torno das suas organizações sindicais;

Nestes termos:

Usando os poderes conferidos pelo art. 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — Para todos os efeitos legais, nomeadamente aquisição de personalidade jurídica, é reconhecida a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses, bem como toda a sua estrutura de âmbito regional, distrital e local, tendo como órgão deliberativo máximo o Plenário ou Congresso dos sindicatos nela filiados, e como órgão executivo central o Secretariado Nacional.

Art. 2.º — Os estatutos provisórios da Intersindical Nacional serão publicados no Boletim do Ministério do Trabalho e vigorarão até à publicação dos estatutos definitivos a elaborar nos termos e condições que a lei sindical determinar.

Art. 3.º — Este Decreto-Lei entra imediatamente em vigor.

AS EMPRESAS NACIONALIZADAS

O processo revolucionário português, ao completar o seu primeiro aniversário, tinha já tomado importantes medidas no sentido de efectuar a transição da nossa economia do capitalismo para o socialismo. Com os resultados das eleições de 25 de Abril, o povo português demonstrou clara e insofismavelmente ser essa a via que desejava para o futuro.

Ao longo do último ano, o exercício das liberdades que inequivocamente vêm sendo garantidas às massas trabalhadoras — os verdadeiros intérpretes da História — têm actuado e pressionado o poder político, o qual começa já a reflectir as conquistas dos trabalhadores portugueses e será legítimo interrogarmo-nos se, depois de 50 anos de feroz obscurantismo e repressão, se pode conceber que o avanço das massas trabalhadoras pudesse registar hoje maiores resultados.

O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM TEM OS DIAS CONTADOS EM PORTUGAL

O sistema de exploração do homem pelo homem tem os dias contados em Portugal, não só porque os trabalhadores portugueses já estão conscientes dos caminhos para onde querem seguir, mas também porque as Forças Armadas deixaram de ser "a guarda pretoriana do poder" para passarem a ser elas próprias ou seja, "o braço armado do povo". Deste modo, a aliança entre o Povo e o MFA, característica ímpar dos processos revolucionários conducentes ao socialismo, deixou de ser um slogan de ocasião para se transformar numa realidade muito concreta. Os trabalhadores portugueses sabem hoje perfeitamente que na luta quotidiana por uma sociedade mais humana e mais justa, o MFA está inequivocamente do mesmo lado da barricada.

Portanto, perante os problemas concretos da transição para a sociedade e economia socialistas, há que actuar de acordo com o período histórico que atravessamos e resolver esses problemas conforme as condições concretas do nosso país, não havendo que sujeitar-nos a esquemas preconcebidos.

A primeira grande acção levada a efeito, que as medidas antimonopolistas preconizadas no Programa do MFA de há muito aconselhavam, foi a patriótica decisão de nacionalizar alguns dos mais importantes sectores da nossa economia, o que correspondeu à satisfação de profundos anseios da classe trabalhadora.

Esta medida representou um golpe mortal no capitalismo monopolista e a subtracção ao capital industrial e financeiro de grande parte da economia nacional, representando portanto o primeiro passo para a construção do socialismo em Portugal. No entanto as nacionalizações não são uma fórmula mágica pois que são apenas um acto político-jurídico e seria utópico pensar que elas iriam decidir e garantir o nascimento de um novo modo de produção. Sendo o socialismo caracterizado pela posse social dos bens de produção, cabe aos trabalhadores desde já participar na definição das etapas da transição para a economia socialista, através do controle organizado da produção para objectivos de eficiência, devidamente coordenados com os órgãos centrais de planeamento, nos quais deverão estar devidamente representados.

Quer isto dizer que a socialização das empresas nacionalizadas deverá ser agora a meta a atingir e que deverá ser feita exactamente à velocidade que as condições concretas da sociedade portuguesa permitam e na medida em que a consciencialização política dos trabalhadores os impulsione a tomar em suas mãos os destinos da economia.

OS TRABALHADORES TERÃO QUE SE MOBILIZAR PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SOCIALISTA PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Terá que haver uma grande participação da base, terão os trabalhadores que em cada instante ter presentes quais os objectivos fundamentais e os secundários, terão os trabalhadores que meditar naquilo que são reivindicações justas, isto é, os trabalhadores terão que se mobilizar para a construção da sociedade socialista pelo aumento da produtividade e pela luta contra os terríveis vícios herdados da sociedade exploradora e opressiva em que vivemos desde há meio século. As nacionalizações são portanto uma condição necessária mas não suficiente para a construção do socialismo, pois que sem uma efectiva socialização haveria apenas uma transferência de entidade patronal e os trabalhadores depois de explorados pelos capitalistas passariam a ser explorados pelo Estado. A socialização, que pode assumir diferenciadas formas, terá que nascer na participação e na luta diária dos trabalhadores e não é coisa que possa nascer da cúpula. É com a socialização das empresas que o trabalho será mais humano, mais rentável e mais feliz e deixará de ter as formas competitivas e alienantes da sociedade capitalista.

A socialização não agrada em geral aos quadros médios e superiores pela simples razão de que ninguém gosta de perder previlégios, sentir que a velha autoridade lhe foge ou mesmo que o tão necessário "apertar o cinto" lhe diz respeito, além de que muitas vezes possuem estruturas mentais demasiado ligadas à antiga sociedade e são incapazes de se adaptar à nova ordem. Os trabalhadores das empresas nacionalizadas sabem que deles depende uma grande parte da produção nacional e por isso têm que ser vigilantes perante os incompetentes, os burocratas, os oportunistas, os autocratas, os viciados e todos os que nessas empresas continuam a actuar como nos outros tempos.

São pessoas que muitas vezes dispõem de grande poder administrativo nos quadros das empresas onde se encontram, que ascenderam a lugares preponderantes por mérito possivelmente discutível e que continuam a usar deficientes formas de gestão e direcção. Desta forma, continua a ser subtraído, agora ao erário público, muito dinheiro que faz falta ao País e que constitui também evidente sabotagem económica, pelo que há que exigir responsabilidades a essas pessoas.

AS NACIONALIZAÇÕES NÃO SÃO UM FIM, MAS APENAS UM PRIMEIRO PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE

Algumas das empresas nacionalizadas são deficitárias e é portanto inadmissível que nelas se gastem largas somas de forma incorrecta ou abusiva, devido a vícios herdados do "tempo das vacas gordas" e para proveito de alguns privilegiados que ainda não perceberam que agora é tempo de austeridade e de trabalho. Noutras empresas, onde o subemprego é norma, gastam-se paradoxalmente milhares de contos para pagamento de horas extraordinárias.

Estes exemplos, dos múltiplos que se poderiam apontar, mostram claramente que as nacionalizações não são um fim, mas apenas um primeiro passo para a construção de uma sociedade que sirva a todos os Portugueses.

A reacção, depois de perder a jogada palaciana de Julho de 1974, de ter baqueado em 28 de Setembro face à mobilização popular e de ser batida pela determinação revolucionária dos soldados do RAL 1 em 11 de Março, irá actuar agora pela via económica. Fá-lo-á do exterior, sob formas encapotadas ou não, mas que são bem conhecidas. Internamente, os agentes dos capitalistas, que agora usam cravo ao peito, tentarão sabotar o avanço dos trabalhadores e provocar situações nas empresas que entravem o caminhar para o socialismo, por forma a ter "a casa pouco desarranjada" quando chegarem os seus antigos padrinhos e protectores. Perante estes casos de sebastianismo, são os trabalhadores que têm que dar a adequada resposta, avançando pela socialização das empresas nacionalizadas, desmascarando o caciquismo de chefes inadaptados e inadaptáveis, por forma a que tenhamos a sociedade justa, humana e feliz, onde o homem deixe de explorar o seu semelhante e viva com dignidade, isto é, a sociedade socialista.

A BATALHA DA PRODUÇÃO

(Cont. da pág. 1)

juntar-se, no início da década de 60, a guerra colonial que levou à saída dos campos de mais umas centenas de milhar de braços.

Do abandono dos campos e do afrouxamento da produção agrícola resultou o agravamento da dependência externa do nosso País em produtos alimentares. Para que desse grau de dependência haja uma ideia bastará dizer que durante o ano de 1974 tivemos de importar, relativamente ao consumo interno, cerca de 97% do açúcar, 70% do milho, 40% do trigo, 32% do azeite, 20% do arroz e a totalidade do sorgo e das sementes oleaginosas.

Os resultados negativos desta política claramente antinacional começaram a tornar-se notórios a partir de 1972, altura em que as cotações internacionais dos produtos alimentares iniciaram uma subida acelerada. Para dar uma ideia desse agravamento bastará dizer que, nos últimos 3 anos, se verificaram aumentos percentuais da ordem dos 1000% para o açúcar, 106% para o milho, 250% para o trigo, 158% para o azeite, 241% para o arroz, 124% para o sorgo e 136% para as sementes oleaginosas.

Logo após o 25 de Abril iniciou-se uma nova política de preços, sempre que possível integrada na de fomento da produção, que determinou a fixação de preços ao produtor a níveis bem superiores aos que estavam a ser praticados.

Com o avanço do processo revolucionário, que permitiu ao Governo tomar e anunciar recentemente algumas medidas que podem ser consideradas os primeiros passos no caminho da reforma agrária, estão criadas as condições para que os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores sintam que a economia começa a estar ao seu serviço e respondam ao desafio da batalha da produção que lhes é agora lançado.

As medidas anunciadas recentemente no âmbito da reforma agrária foram:

— Lei do arrendamento rural, que prevê entre outras medidas o abaixamento das rendas, o fim da renda em espécie e o prolongamento do prazo de arrendamento.

— Nacionalização das grandes herdades de área superior a 50 ha de terra que no todo ou em parte se situam nos períodos dos aproveitamentos hidroagrícolas, levados a efeito com investimentos públicos.

— Expropriação das grandes herdades de sequeiro de área superior a 500ha.

— Expropriação das grandes herdades irrigadas de área superior a 50 ha.

— Criação de um sistema de crédito agrícola de emergência, pessoal e em natureza, para satisfazer as necessidades dos pequenos e médios agricultores, facilitando a aquisição de fertilizantes e correctivos, sementes e propágulos, pesticidas, rações — complemento necessário à alimentação animal — e pequeno equipamento indispensável à boa produtividade das explorações agrícolas.

— Restituição dos baldios aos seus legítimos utentes.

— Intervenção do Estado nas cooperativas de transformação onde se encontram investidos vultuosos capitais públicos.

— Extinção do regime de coutadas.

— Publicação de legislação com vista ao saneamento dos corpos gerentes das cooperativas.

— Lançamento de equipas de apoio e desenvolvimento agrário.

— Lançamento de uma campanha de promoção da produção de culturas forrageiras, em especial do milho.

— Campanha contra as bruceloses.

Para além da entrada em execução destas medidas que permitirão a médio ou longo prazo uma reestruturação agrícola, a qual criará as condições para um aumento efectivo de produção, foi definida uma política de preços que tem por principais objectivos defender o poder de compra das classes trabalhadoras e aumentar o rendimento dos pequenos e médios agricultores. Isto porque, no quadro da economia de transição para o socialismo há, antes de mais, que garantir o poder de compra da população nos produtos essenciais e começar a resolver a situação difícil em que se encontram os pequenos e médios agricultores.

Assim e com vista a alcançar o primeiro objectivo apontado — defender o poder de compra da população — foi garantido pelo Governo que até ao fim do ano não serão aumentados os preços actuais de uma série de produtos alimentares, entre os quais se destacam o pão, carne, leite, açúcar, azeite, farinhas, frango, bacalhau e margarina, tendo sido ainda possível baixar o preço do óleo de amendoim e da manteiga.

Com vista a satisfazer o segundo objectivo — aumento de rendimento dos pequenos e médios agricultores — tendo em atenção as suas principais produções, foi decidido:

— Aumentar o preço do leite ao produtor de 4$90 para 6$40 o litro (da classe A) e de 3$90 para 5$20 o litro (da classe B);

— Aumentar o preço da carne de bovino, ao produtor, em cerca de 10%;

— Aumentar, na próxima colheita, o preço mínimo de garantia do milho para 4$00/kg, acrescido de um subsídio de 1$00/kg quando entregue no Instituto dos Cereais, o que perfaz um total de 5$00/kg ao produtor.

A conjugação dos dois objectivos apontados — estabilização do custo de

vida e aumento do rendimento da população dos campos — só é possível através de uma política de subsídios que procure uma rápida redistribuição dos rendimentos, beneficiando os consumos das classes mais desfavorecidas e agravando os das classes de rendimentos mais elevados.

Como resultado das medidas apontadas e de outras tomadas já depois do 25 de Abril são actualmente subsidiados, através do Fundo de Abastecimento, os seguintes produtos: pão e massas alimentícias através de subsídios ao trigo e farinhas, arroz, milho, carne de bovino, leite e açúcar.

Além dos subsídios referidos são também concedidos, através do Fundo de Abastecimento, outros para executar a política de alteração das estruturas produtivas, o lançamento de infraestruturas e as operações de intervenção.

Para que se possa fazer uma ideia do montante dispendido pelo Fundo de Abastecimento na concessão de subsídios, refere-se que durante o ano de 1974 aquele ultrapassou os 6 milhões de contos.

Para que estas medidas dêem os seus frutos é necessário que os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores rurais, sentindo que a economia não lhes é estranha, se abram às ideias do associativismo e cooperativismo e se empenhem numa autêntica batalha da protução agrícola, garantia indispensável da independência económica do País.

São assim chamados todos os trabalhadores do campo, pela primeira vez em muitos anos, a desempenhar o papel fundamental — que por direito sempre lhes pertencera mas sempre lhes fora negado — na resolução dos grandes problemas nacionais.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

UMA EXPERIÊNCIA EM VISEU

Enquanto os partidos políticos se degladiavam numa campanha eleitoral assaz confusa ou pouco esclarecedora, o Movimento das Forças Armadas prosseguia e prossegue com a sua campanha de dinamização cultural, esclarecimento e acção cívica junto do povo.

Integrados nessa campanha de dinamização cultural, artistas plásticos de Lisboa e Porto deslocaram-se a Viseu, nos passados dias 5 e 6 de Abril (sábado e domingo), para aí executarem, em colaboração com o povo local, uma pintura colectiva que cobriu uma área superior a 100 m2, correspondente a quatro paredes exteriores do edifício da Caixa Geral de Depósitos. Atitude extremamente importante para o meio, avesso ou pouco habituado a este tipo de iniciativas, porque demasiado retrógrado e fechado, afeito a figurinos ou modelos antiquados, que não são apenas os do fascismo mas também e mais concretamente os do feudalismo.

Aí ainda existem os grandes senhores que exploram o trabalho do povo. Há ainda sinais e símbolos da nobreza e sobretudo, o clero está aí implantado de um modo iniludível: por todo o lado impera a Igreja e vêem-se siglas de partidos conservadores e reaccionários. A cidade antiquíssima, das mais bonitas que tenho conhecido. A população, mantendo-se num lamentável grau de atraso, é muito pouco esclarecida, dir-se-á que vive adormecida e quase inteiramente voltada para o passado. Trata-se de uma população ainda virgem, facilmente manobrável pela reacção. Acontece, porém, que, por vezes dá-nos a sensação de querer romper com fronteiras seculares que lhe foram impostas. Pelo menos, assim nos pareceu num primeiro contacto assaz difícil.

Sobre este aspecto, foi muito interessante a experiência levada a cabo pelos artistas plásticos e pelos actores do Grupo de Teatro de Campolide, de Lisboa. Estes representaram ao ar livre, no admirável Largo da Sé, a peça "Fulgor e Morte de Joaquim Murieta", de Pablo Neruda, que foi observada e vivida em profundo silêncio e com uma atenção desmedida. A mensagem da peça é talvez difícil para o meio, mas a população não deixou, por certo, de fixar algumas das suas passagens mais expressivas. Curiosamente, pareceu-me ser a música, o ritmo da acção, o canto e a dança que mais directamente entraram no ouvido, no no corpo e no entendimento do espectador.

No que toca à pintura mural, tivemos ocasião de verificar uma autêntica transformação, que poderá ser indício de um novo despertar.

Inicialmente, o povo acorreu em massa, mais por curiosidade do que para apoiar ou colaborar na realização da pintura. Houve sinais evidentes de descrédito, desconfiança e até de sabotagem. O ambiente era francamente hostil. Houve quem pusesse em dúvida a validade da iniciativa, dizendo que as tintas eram mal empregadas e que aquilo não era trabalho sério, mas apenas diversão. O trabalho livre da imaginação não poderia ser facilmente aceite num local onde o trabalhador é explorado e escravizado diariamente, não tendo até hoje conhecido outra alternativa, pelo que, fora das horas do trabalho, limita-se a refugiar-se quase exclusivamente na religião e no álcool, certo de ser essa a sua única condição de eterno servidor e venerador dos grandes senhores e patrões, os ricaços lá da terra, de quem depende materialmente e para quem trabalha, a troco de uma situação de fome e miséria.

Perante o tipo de iniciativas que o MFA em boa hora promove, o povo de Viseu interroga-se e começa a compreender que o tempo que se vive hoje em Portugal não é de modo algum o mesmo que se vivia há cem, duzentos ou trezentos anos. A prova disso é que as crianças de Viseu, apesar de marcadas pela má influência do meio, não deixaram de aderir espontânea e entusiasticamente à ideia de participarem na realização da pintura colectiva. E porque aderiram as crianças antes dos adultos? Porque as crianças, não tendo ainda adquirido os traumas, os vícios e os preconceitos dos adultos, são naturalmente mais abertas ao que é novo e inesperado.

As crianças aderiram tão entusiasticamente que, em vez de duas paredes, conforme estava programado, foi preciso pintar quatro paredes. Talvez por contágio, o exemplo das crianças acabou por ser seguido pelos adultos, já não em atitude de incredulidade, mas esforçando-se por contribuir com o seu melhor. A inicial falta de apoio dos populares, seguiu-se a gradual adesão: primeiro alguns, depois muitos. No fim, não faltou quem dissesse que valeu a pena a experiência, que até se poderia ter pintado o edifício todo.

Nessa pintura colectiva está inscrita de diversas maneiras a união POVO-MFA e outras expressões como "REVOLUÇÃO", "A IMAGINAÇÃO É TUA", "25 DE ABRIL", "AS CRIANÇAS PEDEM AMOR, AMOR" e "LIBERDADE", etc. Palavras aliadas a imagens vivas, vividas pela emoção do momento, a emoção proporcionada pela cor e o movimento do gesto libertador. Não faltam aí os sóis, as aves e as flores da nossa alegria comunitária. Um jovem estudante viseense esteve cerca de duas horas a pintar um intelectual, um poeta solitário, sentado a ler um livro, à sombra de uma árvore. Uma criança de oito anos pintou um soldado gigantesco com um cravo na mão. Outras crianças e adultos pintaram aves, árvores, flores, sóis, animais e personagens imaginários. Tudo num ambiente de festa e amor. Criaram-se amizades. Travaram-se conhecimentos. É assim o convívio. Viseu ficou na retina e na memória dos artistas plásticos de Lisboa e do Porto.

Em Viseu, a imaginação criadora deu os seus primeiros passos, devendo continuar a sua caminhada nas ruas e muros doutras aldeias, vilas e cidades.

Nesta jornada ficou evidente que, numa primeira fase e ao nível da expressão livre o homem, o povo, tem necessidade de exteriorizar os seus fantasmas, monstros e mitos.

Não será fácil libertarmo-nos de várias décadas ou séculos de obscurantismo, isolamento, renúncia e silêncio.

O homem, o povo, não pode deixar de reagir contra todas as formas de asfixia. A ditadura das imagens publicitárias, a massificação do gosto e das ideias, a poluição psicológica, etc., são algumas, entre as muitas formas de asfixia cultural, que, em lugar de estimularem o diálogo e a inteligência crítica, reduzem tudo a "slogans" ou processos de aceitação passiva, não fomentando senão a alienação e a preguiça mental.

Processos que só podem servir interesses defendidos por sistemas opressores e autoritários que não visam senão a exploração do homem. Processos e sistemas que, felizmente, estamos em vias de ultrapassar.

A actual primavera política portuguesa não consentirá que tal tipo de asfixia e alienação se instaure de novo entre nós. É preciso rasgar fronteiras (físicas e mentais) para que a nossa jovem democracia cresça em melhores condições de saúde — com mais ar e com muito espaço livre.

Em Viseu confirmou-se ainda que o autêntico conhecimento é aquele que é adquirido por nós próprios, à custa da própria experiência.

No actual processo revolucionário em que todos estamos empenhados, outras pinturas e outros actos colectivos terão lugar, principalmente em localidades onde a liberdade de expressão é tão necessária como o pão para a boca.

Em Viseu confirmou-se que o autêntico conhecimento é aquele que é adquirido por nós próprios, à custa da própria experiência. No actual processo revolucionário em que todos estamos empenhados, outras pinturas e outros actos colectivos terão lugar, principalmente em localidades onde a liberdade de expressão é tão necessária como o pão para a boca

ACÇÃO CÍVICA: PASSAR DAS PALAVRAS AOS ACTOS

TORNAR PRODUTIVOS OS MEIOS HUMANOS E MATERIAIS DE QUE AS FA DISPÕEM

As Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, permitiram o contacto directo com a população e o levantar de inúmeros problemas que exigem respostas urgentes.

A fim de harmonizar um esclarecimento cívico com a dinamização cultural e simultâneamente solucionar algumas carências mais prementes da população, criou-se uma estrutura capaz de utilizar os grandes meios das FA, surgindo assim um terceiro factor que é a Acção Cívica.

Na verdade, existem necessidades básicas que não se compadecem de longos planeamentos, como a falta de estradas, de água, de saneamentos, de electrificação, a falta de organismos capazes de darem respostas ao nível concelhio, a falta de comissões populares e muitas outras associações que num ou noutro sector poderiam através de uma tomada de consciência colectiva, ajudar a dar sequência às reformas governamentais.

Num País que caminha para o socialismo a atitude do povo terá que reflectir uma opção. Não poderemos prolongar o conformismo de fazer uma revolução beneficiando dos confortos do capitalismo. Por outras palavras, torna-se necessário que os nossos técnicos, o nosso pessoal qualificado, se regionalize, abandone os centros urbanos e iniciem a caminhada até às aldeias.

A Acção Cívica não é mais do que a resultante da experiência acumulada no terreno pelos técnicos militares que vão chegando onde quer que se tornem necessários, tornando assim produtivos e criadores os meios humanos e materiais de que dispõem.

O militar português, povo enquanto integrado no seu meio social, uma vez recrutado era afastado da sua origem, trituradoo por uma máquina despersonalizante, fechado nos quartéis e, sendo o espelho de uma política, identificado como um agente de repressão, de colonização. Mais tarde tornando-se emigrante, ou trabalhador num centro urbano, perdia as raízes e afastava-se da luta do povo da sua aldeia.

Após o 25 de Abril, fora dos quartéis, empenhado numa acção revolucionária de reconstrução com os seus conterrâneos que é identificado e se identifica como um dos seus, quer seja nos trabalhos agrícolas, na abertura de estradas, na construção de recintos para desporto, nos hospitais, levantado escolas, ajudando a formar cooperativas, associações de moradores, vacinando os gados, unindo a sua força à vontade do povo. Deste modo, num sentido de racional utilização dos meios militares, reformulou-se a Comissão Dinamizadora Central, criando-se o Gabinete de Apoio Técnico. Este Gabinete tem Departamentos de Engenharia Militar, Economia, Agricultura e Pescas, e de Saúde, estando previsto um Gabinete de Justiça.

A coordenação compete a dois elementos da CODICE, sendo cada Departamento da responsabilidade de dois milicianos com as qualificações profissionais inerentes às suas funções. Pretende-se assim passar rapidamente do planeamento à acção, utilizando os Departamentos não só para estudo dos relatórios que chegam das várias Comissões Dinamizadoras existentes em todas as regiões militares, encaminhamento dos problemas para os Ministérios respectivos, mas também, a partir destes, fazer chegar a todos os militares para divulgação e apoio logístico ou técnico, todas as reformas e legislação Governamental.

Ressalta imediatamente que não existe qualquer sobreposição aos organismos de Estado, mas pelo contrário procura-va-se evitar a duplicação de tarefas. Dentro desta perspectiva já foram realizadas algumas acções concretas.

Assim a Engenharia Militar já abriu juntamente com a população, estradas em Sesimbra, no distrito da Guarda, onde trabalha neste momento, fez levantamentos em Castelo Branco, Viseu e Bragança. Evidentemente em articulação com o Ministério da Administração Interna e Junta Autónoma das Estradas, se irão concretizar a curto prazo os levantamentos efectuados.

No que se refere a electrificação esta tem sido efectuada em várias freguesias.

Decorre neste momento uma Campanha no distrto de Viseu onde se utilizam máquinas dos Serviços Florestais, para resolver pequenos problemas como abertura de caminhos, etc. Planeia-se ainda uma operação no distrito de Bragança, onde se procurará adaptar terrenos para práticas desportivas no âmbito da colaboração com o ENDO, para além da abertura de estradas e saneamento.

No que se refere ao Departamento de Saúde foi efectuada uma experiência de medicina preventiva e ambulatória com 18 médicos e enfermeiros militares no distrito de Viseu, alguns dos quais ainda por lá se encontram permitindo o funcionamento de 3 hospitais que estavam sem médicos e sem material. A sua acção destina-se também a dinamizar e apoiar os serviços de saúde locais.

No campo da veterinária foi desencadeada uma campanha de esclarecimento e vacinação no gado afectado pela brucelose, na região de Castro Daire.

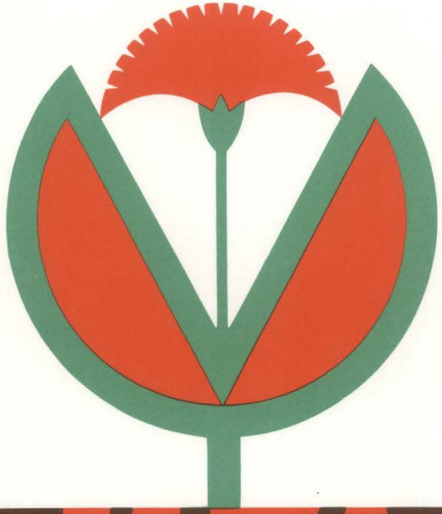
O Departamento de Agricultura e Pescas preocupa-se neste momento com a Reforma Agrária, Crédito Agrícola, etc. no Alentejo e Litoral Noroeste, e situação organizativa dos pescadores, montando campanhas de esclarecimento e articulando o apoio das Comissões Dinamizadoras, às quais poderão vir a ser fornecidos técnicos militares para reforço da sua acção.

Mas como é evidente uma Reforma Agrária obriga a que outras estruturas sejam também reformadas para lhe dar um suporte eficaz, como a formação profissional, alfabetização e esclarecimento dos trabalhadores, o que leva a colaboração do Departamento da Agricultura com outros Ministérios.

No sector da Economia existe uma colaboração estreita com a Secretaria de Estado do Planeamento dos Recursos Humanos, para apoio ao Programa Nacional de Emprego, através da criação de comissões regionais de emprego a criar imediatamente para o Algarve, e nos distritos de Viana do Castelo e Braga.

(Cont. na pág. 6)

FLOR - LIBERTAÇÃO
FRUTO - DEMOCRACIA
SEMENTE - SOCIALISMO



MFA

FORÇAS ARMADAS
RAÍZES DUMA REVOLUÇÃO

DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA ª

vespeira

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA POPULAR

o que devemos aproveitar das experiências alheias

Antes mesmo de elaborar programas de alfabetização, teatros populares, decorações murais, etc., é preciso organizar em toda a parte colectivos de animação cultural compostos pelas três forças essenciais dum país orientado para o progresso material e espiritual: as massas populares, até aí cortadas da cultura, mas cheias de entusiasmo, de sensibilidade e de aspiração à beleza, os intelectuais progressistas, impacientes por servir o povo e ricos em conhecimentos e imaginação, e os responsáveis políticos a quem cabe, especialmente, avaliar e tomar as medidas necessárias para o desenvolvimento da cultura popular. Deste modo Portugal podia não só acelerar a elevação cultural de todo o povo como, aproveitando as experiências alheias, ser um exemplo eminente para as nações que, por sua vez, se libertarão do colonialismo ou do imperialismo.

Quando depois de um longo e cruel período de dominação feudal, colonial ou imperialista, um povo consegue tomar em mãos o seu destino, levantam-se todos os problemas ao mesmo tempo, sem que nenhum possa ser afastado. Sem dúvida, um dos aspectos mais admiráveis das mudanças de regime que se deram, nos últimos sessenta anos, na União Soviética, na China e na Argélia — limitando-me aos países sobre os quais tenho alguns conhecimentos teóricos e práticos —, é a atenção que, de imediato, é dada aos interesses culturais dos trabalhadores pelos responsáveis políticos.

Em primeiro lugar, trata-se de corrigir uma injustiça gritante: todos os sistemas reaccionários, com efeito, se caracterizam por uma cultura reservada a uma pretensa elite e pelo desprezo em relação às aspirações culturais das massas, que vai ao ponto de liquidar a herança folclórica: teatro ambulante, cantigas, contos populares, etc. As classes laboriosas, frustradas de emoções estéticas e dos prazeres do espírito durante muito tempo, reclamam satisfações culturais. Ninguém discute esta exigência, mas surgem dificuldades quanto aos objectivos a determinar e quanto aos meios para os realizar. Nos países citados, não faltaram erros neste campo, nomeadamente na União Soviética que não tinha nenhuma experiência de referência. Por isso, ao mesmo tempo que tem em consideração os seus problemas particulares, o movimento cultural de Portugal tem interesse em estar informado sobre os sucessos e os falhanços dos seus percursores.

Uma das maiores dificuldades, que se repete em cada mudança de regime, vem da distância que separa:

— As vanguardas intelectuais que estão há muito ao lado do povo e que possuem, devido à sua situação social privilegiada anterior, um rico capital cultural e um longo hábito de reflexão sobre a cultura popular;

— Das massas operárias e camponesas, com aspirações culturais intensas mas ainda muito esbatidas.

Surgem assim dois perigos.

EVITAR DOIS PERIGOS: AS EXTRAVAGÂNCIAS DAS VANGUARDAS ORIUNDAS DA CULTURA BURGUESA; TER EM CONTA APENAS, OS GOSTOS DO POVO

1) As vanguardas oriundas da cultura burguesa e peritas em pesquisas ousadas para a liquidação dessa cultura e sua substituição por outra, verdadeiramente ao serviço do povo, propõem, com a febre da vitória, mil e uma iniciativas. Rapidamente se criam rivalidades neste campo que, por vezes, vão resultar em extravagâncias. Acontece mesmo que, no meio desses confrontos entre vanguardas, o povo seja esquecido ou, pior ainda, se escandalize, como aconteceu, por exemplo, em Leningrad, em 1928. Desejosos de manifestarem o seu apoio à liquidação do analfabetismo e como modo de oposição "revolucionária" aos costumes burgueses um grupo de intelectuais ultra-modernistas, homens e mulheres, fizeram uma manifestação nus a três-quartos. Imagine-se o efeito que teve sobre os passantes, operários ou camponeses, até então habituados à decência mais rigorosa!

2) Isto leva-me a evocar o segundo perigo, o de pôr de lado as vanguardas intelectuais e ter em conta apenas os gostos do povo. Com efeito, aonde é que as classes laboriosas, excluídas das actividades culturais, reduzidas a alojarem-se e a ocuparem-se no maior desamparo, podiam formar o seu gosto? Como é que, exaustos pela procura do pão quotidiano, tinham tempo para elaborar com precisão as formas e as técnicas duma nova arte? O que propor, senão aquilo que poderam ver na classe social um pouco menos desfavorecida e relativamente próxima, ou seja, a pequena burguesia? Foi essa a consequência, na China, por exemplo, na pintura e na escultura, dos excessos da Revolução Cultural em relação a todos os intelectuais: a uma arte, que estava sem dúvida ao serviço do passado, mas que alcançara as técnicas mais refinadas, sucedem um período lamentável de realizações monótonas e sem invenção. Claro, os trabalhadores, contentes por poderem adquirir finalmente uma obra de arte, achavam encantadores os cãezinhos e os gatinhos de porcelana, os quadros de coloridos violentos mas, no estrangeiro, a crítica burguesa atirava-se, com certa razão, a essa arte pretensamente revolucionária e utilizava-a como argumento contra o regime adoptado na China.

Dominique Lamotte, especialista em cultura popular, realizou no Centro de Socialogia Militar da 5.ª Div./EMGFA uma importante conferência, sobre o tema, a qual se resume no texto que se publica, especialmente elaborado para o *Boletim* pela autora.

O RESPEITO PELAS TRADIÇÕES E MENTALIDADES POPULARES PROVINDO DE UMA INTENÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS À PRIMEIRA VISTA LOUVÁVEL PODE REVELAR-SE, EM CERTOS CASOS, INCORRECTO

Um outro perigo, mais sério do que o aspecto e a vulgaridade artísticas é a conservação no espírito das massas de preconceitos tão antigos que parecem ser válidos e que, portanto, se devem manter. Em 1962, e principalmente em 1965, o governo argelino, temeroso dos abusos que existiam noutros países a coberto da libertação da mulheres, proibiu nos meios de expressão, como filmes, comédias, romances, etc., a reivindicação duma profunda transformação na condição das Muçulmanas. Pouco depois, chegaram a tomar medidas contra Fadhela M'rabet, autor dum requisitório, moderado aliás, intitulado *La Femme Algérienne* (A Mulher Argelina). Efectivamente, nada, ou quase nada, particularmente no campo, mudou para a mulher argelina que, assim, não pôde desempenhar na evolução progressista do país, o papel que lhe cabia. As consequências são desagradáveis para a educação das crianças cujo pai trabalha longe, para a gestão do orçamento familiar, ainda reduzido, etc.

Assim, neste ponto, o respeito pelas tradições e mentalidades populares, que vinha duma intenção dos responsáveis políticos à primeira vista louvável, acabou por ser inoportuna.

Mas então, seja o movimento cultural conduzido pelas vanguardas intelectuais ou pelas massas populares ou mesmo pelos responsáveis políticos, se nenhum pode evitar certos impasses, a quem nos vamos fiar para avançar depressa e no bom caminho. A resposta está nestas palavras: *a tripla união*, quer dizer, a união dos três componentes da revolução social. É notável que, nos países de que dei alguns exemplos de erros culturais, quando se alcançaram vitórias importantes nenhum, dos três componentes se sobrepunha aos outros dois, nem queria utilizar o segundo contra o terceiro. Foi funesta a tentativa, na URSS, da vanguarda que se dizia "proletária", em meados dos anos vinte, para abalar o poder político sob pretextos culturais, servindo-se das massas, como o foi a tentativa do próprio poder, no fim dos anos trinta, de silenciar numerosos intelectuais cheios de originalidade e de talento, invocando os imperativos do gosto popular.

QUE FAZER? ORGANIZAR COLECTIVOS DE ANIMAÇÃO CULTURAL COMPOSTOS PELAS MASSAS POPULARES, PELOS INTELECTUAIS PROGRESSISTAS E OS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS

Parece-nos que as obras de arte recentemente expostas pela China no estrangeiro, obras acabadas e duma invenção admirável, resultam da "tripla união". Já não têm a falta de beleza do período dito "proletário", nem a futilidade e o desusado do período burguês. Compreende-se que — conforme a vontade do Presidente Mao Tsetung, expressa em 1965 — a herança cultural, cuidadosamente estudada pelos especialistas e pelos sábios, criticada nas discussões públicas, nem foi rejeitada nem conservada tal e qual; depois de sérios exames em comum (intelectuais, operários, camponeses e quadros políticos), aconselham aos artistas que adaptassem às novas condições aquilo que se revelou válido. Assim vemos a delicada escultura do jade representar um herói das revoltas camponesas e não mais uma princesa qualquer.

Se bem que as mulheres as frequentem pouco ainda, as exposições de pintura na Argélia decorrem duma interessante iniciativa. Graças ao apoio do Estado, são baratas para o pintor e gratuitas para o público que, além disso, recebe à borla os catálogos (impressos sem luxos) sobre a obra exposta. Encorajados pela rádio e pelos jornais, os trabalhadores tomaram o hábito de irem às galerias, ver e até fazerem perguntas. Pode ser uma ocasião para o pintor se consciencializar das suas inconsequências (assunto sem interesse, cores lúgubres, significado inapreensível) mas também é uma ocasião para o visitante descobrir — cordialmente acompanhado por um animador cultural — a intenção profunda do artista e a habilidade do seu pincel: este remoinho significa o movimento rápido duma máquina, este colorido sinistro evoca o triste domingo do emigrante, a cor rosa do cordeiro simboliza a graciosa frescura dos recém-nascidos, etc.

Outra vantagem apreciável: a tripla união, exigindo do intelectual ou do artista um estreito contacto com o povo, pode protegê-lo, simultâneamente, das rivalidades profissionais. Com efeito, mesmo nas estruturas sociais novas, o homem não evolui dum dia para o outro; falando só nos meios do espectáculo, quantas vezes não surgem invejas, disfarçadas em polémicas ideológicas, em relação a uma criação admirável! É o caso do teatro Na Taganka de Moscovo, vítima de calúnias nos anos sessenta. Mas graças ao elevadíssimo nível cultural das massas do primeiro país socialista, surgiu um público culto e suficientemente numeroso que apoiou o grupo de mil maneiras. Por fim, o teatro Na Taganka, rejuvenescendo a dramaturgia soviética através das suas inovações temáticas e de constantes invenções cênicas não só se impôs como fez escola.

Há muitos outros exemplos tanto de falhanços como de vitórias que provam que, antes mesmo de elaborar programas de alfabetização, teatros populares, decorações murais, etc. é preciso organizar em toda a parte *colectivos de animação cultural* compostos pelas três forças essenciais dum país orientado para o progresso material e espiritual: as massas populares, até aí cortadas da cultura, mas cheias de entusiasmo, de sensibilidade e de aspiração à beleza, os intelectuais progressistas, impacientes por servir o povo e ricos em conhecimentos e imaginação, e os responsáveis políticos a quem cabe, especialmente, avaliar e tomar as medidas necessárias para o desenvolvimento da cultura popular.

Deste modo Portugal podia não só acelerar a elevação cultural de todo o povo como, aproveitando as experiências alheias, ser um exemplo eminente para as nações que, por sua vez, se libertarão do colonialismo ou do imperialismo.

Dominique Bonnaud — Lamotte:

Este apanhado dos problemas que nos preocupam, pode incitar o leitor a estudos aprofundados. Os artigos seguintes, que tratam apenas de certos aspectos duma questão de cada vez, podem acrescentar algumas precisões úteis:

"Tolstoi et le théatre révolutionnaire selon l'équipe des *Cahiers de la Quinzaine*", edição da Biblioteca do Arsenal, Paris.

"Péguy, poète et témoin de la Commune" e "Péguy, éditeur des *Cahiers Rouges*", edição da Biblioteca Nacional de Paris.

"Les principes d'Antonin Artaud et le théatre chinois contemporain" in "Insolite et onirisme dans le théatre contemporain", Klincksieck, Paris, 1974.

"L'élan culturel des années trente en Union Soviétique" *in La Pensée*, n.º 179, Fevereiro de 1975.

"Dans quelle mesure le théatre populaire oriental peut-il être une source de renouvellement pour le théatre populaire occidental" *in* Actas do Congresso Internacional de Literatura Comparada, Montréal — Ottawa, 1973 (em publicação em Ottawa).

MFA

NOTÍCIAS

REGIMENTO DE COMANDOS DA AMADORA

Realizou-se no passado dia 7 de Maio na Amadora uma cerimónia no Batalhão de Comandos, assinalando a passagem dessa unidade a Regimento bem como a graduação em coronel do seu actual comandante, major Jaime Neves.

Estiveram presentes o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante adjunto do COPCON, comandante Contreiras, major Pinto Soares e major Costa Neves, todos do Conselho da Revolução. Em nome do Regimento de Comandos falou o capitão Matos Gomes, de cuja intervenção transcrevemos alguns passos:

(...)

Este acto, tão simples e natural na sua aparência, representa no entanto todo o novo conceito de emprego de um Exército, pondo-o ao serviço do Povo. É importante meditarmos nele, no profundo significado que encerra, como foi e como é possível um Exército que há pouco mais de um ano combatia numa guerra injusta e sem finalidade, organizado em moldes prussianos para a defesa da classe dominante, estar agora decidido e resolutamente a lutar ao lado dos explorados, organizando-se popularmente em estruturas democráticas assentes na competência e colocando nos mais altos postos, à frente das unidades mais importantes, homens vindos do povo e capazes de por ele lutarem.

Tudo isto foi possível porque a burguesia portuguesa nem sequer teve a coragem de exigir aos seus filhos que lhes defendessem os privilégios e interesses na exploração colonialista, e tiveram de ser os filhos dos humildes que mais não tinham que a sua vida para arriscar, a suportarem todos os sacrifícios, frustações e contradições dos duros anos de guerra. Foi por não estarem ligados aos interesses capitalistas que se libertaram, libertando o povo, possibilitando a construção de uma nova sociedade, iniciando verdadeiramente uma revolução em todas as estruturas e venceram todas as manobras reaccionárias do 28 de Setembro ao 11 de Março, jamais traindo o seu povo nem renegando a sua origem de classe, verdadeiramente popular.

MOÇAMBIQUE

DESCOLONIZAÇÃO: ANTES DE LUZAKA

MOVIMENTO DOS OFICIAIS DO MFA EM MOÇAMBIQUE E REVOLUÇÃO

Do n.º 4 do Boletim do MFA em Moçambique, extraímos o texto seguinte, de particular importância para a história do MFA (descolonização):

Num documento doutrinário distribuído pela Comissão Coordenadora do "Movimento de Oficiais" apresentado à atenção de todos os militares em Março de 1974, afirmava-se "que a solução do problema ultramarino" teria que ter "em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios".

Nesta constatação, cabe toda uma experiência de mais de dez anos de efectivo contacto com os povos das colónias. Cabe a visão das suas misérias, da sua exploração, do seu abandono. Cabe o contacto com a profundidade dos anseios já incontidos; com o pedido de escolas negadas, de assistência quase inexistente, de promoção discriminativa.

Esta percepção do problema é a concretização da vivência diária com as populações e os seus problemas, o entendimento das condições históricas e reais da situação efectiva dos povos das colónias.

Como expressamente é referido no Programa, é a guerra que leva o MFA à Revolução de 25 de Abril. Funcionam, deste modo, os movimentos emancipalistas das colónias, relativamente a Portugal, como parceiros do MFA, na libertação do seu Povo — em sentido inverso e não menos determinante do, por exemplo, apontado por Agostinho Neto quando chama ao MFA o quarto movimento de libertação de Angola. É evidente que o MFA se apercebeu, por convicção e espírito realista, do valor, da justiça de causa e da determinação dos movimentos de emancipação ao apontar, no seu Programa, a política ultramarina do Governo Provisório. Portugal, através do MFA, tem a intenção firme de descolonizar, não permitindo soluções neocoloniais. Como objectivo do 25 de Abril, as Forças Armadas Portuguesas são as iniciadoras dos processos de descolonização. Portugal e o seu Povo estão verdadeiramente interessados em resolver urgente, política e correctamente os conflitos.

Em Moçambique, a situação das Forças Armadas Portuguesas é extremamente difícil, delicada e complexa. O 25 de Abril vem trazer, pela vitória sobre as forças retrógradas, a possibilidade de real solução do problema, pela consideração da via política, como único caminho a seguir. A Frelimo estará sem dúvida interessada em resolver o conflito através de negociações, mas, evidentemente, sem renunciar aos princípios de base, objectivados desde logo:

— Reconhecimento do direito à independência de Moçambique;

— Reconhecimento da Frelimo como único e legítimo representante do Povo Moçambicano;

— Marcação dum calendário para a transferência de poderes;

Por outro lado, partindo de premissas simples, reduzidas a:

— O MFA, com o apoio da maioria esmagadora do Povo Português, considera injusta a guerra;

— O MFA impõe a solução política do conflito;

— O Programa do MFA indica o caminho da paz;

Podemos concluir que os militares, alcançada a vitória sobre si próprios, não entendem mais a necessidade de continuar o combate.

Mas, a criação de suportes políticos falsos, vai gerando, no seio das Forças Armadas, uma contradição: entre o sentimento profundo da maioria dos militares, aderentes ao MFA, no desejo de ver concretizada a paz, e a imposição de continuarem a guerra. Por isso, e desconfiando de manobras desviacionistas do Programa do MFA, vários militares são levados à indisciplina, e algumas unidades a tomadas colectivas de posição.

Mas, quando a insistência nesta linha incorrecta se estende para além dum certo limite de tempo, aos elementos do MFA em Moçambique e a todos os militares com o seu espírito identificados, apresenta-se, como motivo desta situação, a pretensão oculta de impôr uma solução neocolonial, quer por pressões externas, quer por interesses internos de pessoas limitadas, quer ainda para defesa de interesses não legítimos. Nestas circunstâncias, a formação embrionária de terceiras forças em Moçambique foi sendo interceptada como manobra de soluções neocoloniais, integradas num dos campos referidos acima. A manutenção desta situação, porque apoiada pelos órgãos do poder emergentes do 25 de Abril, era progressivamente mais grave, por não ter em conta a imperiosidade de Paz consignada no Programa do MFA e por desconhecer as realidades da situação moçambicana.

Mas, considerada a existência das três forças, era natural que duas delas se viessem a unir, para combater a terceira. Sendo descabido pensar na união da Frelimo com a terceira força (face ao prosseguimento correcto da linha de conduta da Frelimo) ou das Forças Armadas Portuguesas com essa mesma terceira força (pela conservação do espírito do MFA), lógico seria a união das Forças Armadas Portuguesas com a Frelimo. Teríamos nesta solução a única resposta possível ao Programa do MFA, já em si definidor dos anseios dos militares portugueses e, afinal, da esmagadora maioria do Povo Português. Só assim estaríamos no caminho certo da descolonização de Moçambique, no sentido de participar autenticamente na libertação deste Povo e de estabelecer condições de futuras relações de efectiva cooperação e amizade. São estas as condições que levam o MFA a Lusaka, onde tem início mais uma etapa do processo irreversível da autêntica emancipação do Povo de Moçambique e, através dela, da real libertação do Povo Português.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

APOIO CÍVICO: PASSAR DAS PALAVRAS ÀS ACÇÕES

(Cont. da pág. 4)

Para além do Gabinete de Apoio Técnico cuja constituição e objectivos se referiram, existem ainda os seguintes gabinetes, coordenados por elementos da CODICE e com departamentos preenchidos por pessoal militar devidamente qualificado.

a) Apoio à Dinamização Cultural.

b) Apoio à emigração e relações com os novos países africanos.

c) Coordenação da Informação, Esclarecimento e Meios de Comunicação.

d) Organização de Campanhas.

O Gabinete referido em *a)* terá a importante função de junto aos ministérios, organismos de Estado e associações culturais, coordenar e apoiar as iniciativas que levem à desejada Revolução Cultural, que à semelhança de casos anteriores terá que regionalizar e dinamizar os meios de animação, orientados para a independência dos grandes centros como Lisboa e Porto. É pois necessário levar o Teatro a todo o lado, técnicos que auxiliem a sua implantação, o Cinema, as Artes Plásticas, a Alfabetização, a Dança, o Canto, enfim, a verdadeira revitalização de tudo o que o povo tem de rico, próprio, que está diluído, disperso, não apoiado ou descoordenado, desenvolvendo a criatividade popular.

No que se refere ao Gabinete *b)* é urgente dar as mesmas oportunidades às massas trabalhadoras fora do País, vítimas do fascismo e da exploração como os restantes portugueses que não foram obrigados a emigrar, considerando-os pelo seu lado humano e não como um mal necessário à sobrevivência económica do País. No que se refere às relações com os novos países africanos não poderemos esquecer que da luta dos seus povos pela sua liberdade, muito devemos a nossa.

A colaboração deseja-se alargada a todos os sectores e o aproveitamento e troca de experiências no que se refere a dinamização cultural e esclarecimento cívico é já um facto no que se refere a S. Tomé e Príncipe.

É evidente que a acção cívica não vive isolada;precisa de todo um apoio para o esclarecimento e desbloqueamento político, através da correcta e inteligente utilização dos meios militares e de Comunicação Social, levada a cabo pelo departamento referido em *c)*. Como se sabe a acção continuada das várias equipas de dinamização existentes no País necessitam de reforço em meios técnicos e humanos o que leva ao departamento *d)* a responsabilização da montagem e organização de operações, como a que se leva a cabo em Viseu e que em breve se iniciará no distrito de Bragança.

Do que se expôs ressalta como preocupação fundamental de toda a acção cívica, a batalha da produção, pois a revolução portuguesa a ela tem o futuro hipotecado.

Reconhecida e aceite pelo Povo Português a via para o Socialismo, teremos de passar à prática as vontades expressas nas decisões governamentais.

Torna-se então necessário que:

1. A acção passe para o terreno deixando-se a prespectiva exclusivamente citadina;

2. As forças políticas e populares actuantes nas várias regiões se constituam em amplos centros de dinamização com larga autonomia;

3. Se reduzam os consumos supérfluos.

Deveremos rapidamente abalar estruturas baseadas em visões distorcidas, herdadas dum passado ainda próximo e avançar, através de uma grande mobilização nacional, com a palavra de ordem, rumo ao campo.

Para alcançar o segundo objectivo é importante ao nível concelhio, centrar em órgãos regionais todos os que estão interessados em defender e avançar com a revolução, integrando elementos do MFA, que poderão ajudar a ultrapassar divergências partidárias.

A acção cívica das FA terá como condição essencial para que não se limitem as iniciativas, a colaboração da população como sempre aconteceu. A iniciativa popular não deixou de acompanhar este processo, existindo já ofertas de colaboração desinteressada, inclusivé com prejuizo das férias de trabalhadores que as oferecem para se integrarem em campanhas.

As principais forças motoras Revolucionárias POVO/MFA, devidamente organizadas, saberão dar resposta às decisões que façam avançar o processo, sendo o garante da vitória para o Socialismo.

É contudo importante definir o que se terá de sacrificar para num prazo mais ou menos razoável, conseguirmos a distribuição justa do trabalho nacional. Pensamos que terá de existir uma opção clara que leve à supressão dos consumos desnecessários em benefício do investimento, o que exigirá uma austeridade consciente, verdadeira semente da Revolução, sem a qual os frutos talvez nunca venham a ser colhidos.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

NOTÍCIAS

Iniciou-se no dia 14 uma importante Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica no Distrito de Bragança, no âmbito da 5.ª Divisão do EMGFA. Cerca de 230 oficiais, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas, GNR, PSP e GF irão desenvolver uma intensa acção junto das populações locais com uma duração de cerca de 2 meses, empregando meios de engenharia militar, acção sanitária, meios de animação cultural, alfabetização, sessões de esclarecimento, etc.

Como coordenadas desta acção ficará a funcionar um Centro Director da Campanha em Bragança.

●

Durante o período de 7 a 13 de Maio realizou-se no Centro de Sociologia Militar da 5.ª Divisão do EMGFA um Curso de Formação das equipas para a campanha a desenvolver em Bragança. Entre as principais matérias focadas salienta-se:

— Tarefas sócio-políticas dos militares;

— Agricultura — com especial incidência na lei do arrendamento rural, reforma agrária, serviço de apoio ao desenvolvimento agrícola, etc.;

— Situação político-económica nacional;

— Saúde pública;

— Programa nacional de emprego;

— Reconversão das autarquias locais;

— Cultura popular.

E.M.G.F.A. — 5.ª Divisão

CENTRO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMAS — RÁDIO MFA

EMISSORA NACIONAL

De 2.ª a 6.ª feira:

12,30 às 13,00
18,15 às 19,00
23,00 às 23,15
06,15 às 07,00

Aos Domingos:

10,00 às 12,00

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

3.as e 5.as feiras:

21,00 às 21,25

PROGRAMA NA RTP

Quintas-feiras às 21,00 horas

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA FORÇA AÉREA

A nova assembleia da Força Aérea, constituída por cerca de 240 elementos — oficiais, sargentos e praças — realizou, nas instalações do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, a sua primeira reunião.
Os trabalhos, que foram presididos pelo Chefe de Estado Maior da Força Aérea, pelos membros daquele ramo das Forças Armadas no Concelho da Revolução e pelo Ministro do Trabalho, major piloto-aviador Costa Martins, iniciaram-se pelas 09,30 h.

A assembleia debateu, entre outros, problemas relativos ao saneamento revolucionário em curso e à reorganização operacional da Força Aérea. Foi também debatida a organização do Movimento das Forças Armadas no seio do ramo, com vista à rápida recuperação de choque causado pela actuação no golpe contra-revolucionário de 11 de Março de alguns militares reaccionários que, traindo a confiança dos seus camaradas em geral e especialmente a de subordinados seus menos esclarecidos ou informados, criaram uma situação que poderia ter provocado a ruptura da aliança Povo-MFA.

Foi analisado o problema sindical, bem como a evolução da situação política portuguesa concluindo-se pela intenção de permanecer vigilante e actuante na defesa intransigente do processo revolucionário em curso, apoiando inequivocamente todas as medidas já tomadas pelo Conselho da Revolução. Foi igualmente determinada a intenção de colaborar firmemente na consolidação da aliança do MFA com o Povo Português ultrapassando pela análise crítica as manobras divisionistas, venham de onde vierem e tendo sempre presente a justiça soacial como meta a atingir na opção socialista e numa via pluripartidária coerente com os interesses das classes trabalhadoras.
Nesta página transcrevemos parte de uma das mais importantes intervenções, de análise sobre a actual situação política.
Na Assembleia da FA foi ainda apresentado o projecto de Portaria que institucionaliza na Força Aérea os diversos órgãos do MFA, que são:

a) Colégio dos representantes da Força Aérea no Conselho da Revolução (COLÉGIO).

b) Assembleia da Força Aérea (AFA).

c) Gabinete de Coordenação do MFA na Força Aérea (GAB. MFA).

d) Secções do MFA nas Unidades ou Órgãos (SEC. MFA).

e) Assembleias de unidades ou órgãos.

No projecto de Portaria, além de se definir o âmbito e formas de actuação dos diversos órgãos, apresenta uma *definição de elementos do MFA*, que transcrevemos:

Consideram-se como elementos do Movimento das Forças Armadas, todos os militares da Força Aérea que se identificam objectivamente com os princípios consignados no Programa do MFA, designadamente a defesa intransigente dos direitos das classes mais desfavorecidas; com as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo; com os desenvolvimento ao Programa do MFA impostos pela dinâmica revolucionária; e com a via original e irreversível que levará o País para um verdadeiro Socialismo Português.

PROCLAMAÇÃO

A nova Assembleia da Força Aérea constituída por oficiais, sargentos e praças de todas as Unidades e Serviços, num total de cerca de 240 militares, reunida no dia 6 de Maio de 1975 afirma publicamente:

— A intenção de permanecer vigilante e actuante na defesa intransigente do processo revolucionário em curso, apoiando inequivocamente todas as medidas já tomadas pelo Conselho da Revolução.

— A determinação de colaborar firmemente na consolidação da aliança do MFA com o Povo, ultrapassando, pela análise crítica e acção consequente, as manobras divisionistas, venham elas de onde vierem.

— A determinação de ter sempre presente a justiça social, como meta a atingir, na opção socialista e numa via pluripartidária coerente com os interesses das classes trabalhadoras.

REVOLUÇÃO OU REACÇÃO

(Cont. da pág. 8)

que não são os interesses do povo português.
"Uma revolução, por mais pura que seja a linha teórica, não sobrevive à completa degradação económica e particularmente, a economia portuguesa não comporta mais encontrões. Quem são as vítimas principais e quem recolhe os benefícios da desintegração económica do País? É suficientemente claro. Os trabalhadores devem analisar a situação com a cabeça fria. A consciência revolucionária do Povo demonstrada em 28 de Setembro e 11 de Março não deve permitir que se deixe espartilhar a Revolução por baias imediata e exclusivamente utilitárias.
Uma revolução no sentido do socialismo, como a nossa, implica o "controle" progressivo dos meios de produção pelos trabalhadores, bem como a garantia que as mais-valias criadas se aplicam em benefício da colectividade. Implica também a existência de uma democracia real aberta a todas as liberdades, excepto à liberdade de explorar.
Nenhuma via socialista pode assentar em benefícios salariais imediatos. Nenhum povo revolucionariamente consciente pode centrar a sua luta sobre o empolamento reivindicativo de tais benefícios.
Temos uma necessidade premente de construir um aparelho produtivo sólido, o MFA tem dado sobejas provas de que esse aparelho não será posto ao serviço de classes privilegiadas, mas sim ao serviço da colectividade.
A conjugação da vontade do MFA com a iniciativa criadora dos trabalhadores permitirá caminhar seguramente e eliminar à partida qualquer equívoco sobre o processo.
Para além disto, reivindicar o que a economia nacional não tem capacidade para conceder — e a economia nacional é fundamentalmente o somatório das economias das empresas — só poderá conduzir à contra revolução, em detrimento dos próprios trabalhadores. E a contra-revolução perante uma economia deteriorada, não pode deixar de desembocar no totalitarismo fascista. Esse mesmo fascismo, que a Europa varreu em 45 e que não queremos de regresso à nossa Pátria.
Vivam os resistentes portugueses antifascistas. Vivam os resistentes dos países amigos que vieram até nós.
viva a paz e a amizade entre os povos de todo o Mundo!

ANÁLISE POLÍTICA

(Resumo de uma intervenção na AFA)

As eleições mostram a firme determinação do povo português em caminhar para o socialismo. De facto as forças de esquerda, ou pelo menos as que se reclamam do socialismo, obtiveram cerca de 60% dos votos expressos contra cerca de 33% dos votos para a direita.
As eleições foram uma peça importante do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 mas terão de ser compreendidas à luz da existência de um poder revolucionário que existe de facto por amplo consenso popular: o MFA e o Conselho Superior da Revolução.
Por outro lado os comunicados originários do Conselho da Revolução têm implícitas duas funções cuja importância urge salientar neste momento: *a necessidade de assegurar um pluralismo revolucionário nesta fase de transição para o socialismo e a necessidade de começar a "construir" o socialismo assegurando o controle da produção pelos trabalhadores; não parece pois que os resultados das eleições possam ter grande influência no processo revolucionário que depende, em última instância, da acção colectiva e organizada das massas populares e que o MFA apoiará.*
Julgamos que, por agora, duas importantes conclusões podem ser tiradas destas eleições:

O povo português e nomeadamente as classes trabalhadoras votaram maciçamente pelo aprofundamento do processo revolucionário e para a construção do socialismo numa via que recusa modelos e que exige a independência nacional. As massas populares votaram afinal pelo projecto revolucionário do MFA expresso nas últimas posições do Conselho da Revolução. O povo português votou contra a social-democracia e fundamentalmente contra a direita.
É uma exigência do processo revolucionário a continuação de uma força política-sindical que possa realizar, extrapartidariamente, ou com interferências mínimas dos partidos de esquerda, a unidade popular para o socialismo apoiando criativamente e com uma dialéctica plural o MFA.

MEDIDAS A TOMAR PELO MFA A CURTO PRAZO

Reforço das campanhas de dinamização cultural nas zonas mais afectadas pelo obscurantismo.
Sua detecção em função dos resultados eleitorais (ver mapas juntos).
Não permitir que essas campanhas revertam em benefício exclusivo de um só partido.
"Desmontar" o conceito de ditadura, mostrando que o perigo é o da direita.
Mobilizar as pessoas para o esforço colectivo de construção do socialismo; trabalho.
Minimizar o efeito desmobilizador das eleições, concretizando a curto prazo, as medidas revolucionárias anunciadas.
Não sobrevalorizar o resultado das eleições, tendo em atenção:

O povo votou o socialismo e não a social-democracia ou o capitalismo liberalista.
A votação foi, sobretudo, pelo MFA, consagrando o seu papel de motor do processo revolucionário, tal como está consagrado na Plataforma do Acordo Constitucional com os Partidos, que obteve uma esmagadora maioria de quase 100%.
Não se podem comparar estas eleições com quaisquer outras no mundo: o MFA, a força maior popular e o motor do processo revolucionário, não concorreu às eleições.

Cabe ao MFA papel importante, no obrigar os partidos que se dizem defensores do socialismo, a se comprometerem claramente no actual processo revolucionário. O MFA deve dar um contributo para a união das forças de esquerda em torno de objectivos concretos que visem a construção do socialismo em Portugal.

DEMISSÃO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

Tendo-se demitido o CEMFA, general graduado Mendes Dias, os elementos do Conselho da Revolução e gabinete do MFA na Força Aérea, analisando a situação criada convocaram para dia 13 de Maio uma Assembleia da Força Aérea, com a intenção de consultar este órgão sobre a nomeação do novo CEMFA. Nesta reunião, por aclamação, foi aceite a proposta do CR (FAP) e gabinete do MFA, que indicava o nome do coronel graduado Morais da Silva para o cargo de CEMFA e membro do Conselho da Revolução.

NACIONAL

AS VERDADEIRAS OPÇÕES: REVOLUÇÃO OU REACÇÃO

Pela sua grande importância e ligação muito directa com os principais problemas políticos, económicos e sociais que, neste momento, se levantam ao povo português para o desenvolvimento do processo revolucionário em curso, passamos a reproduzir, na íntegra, o discurso pronunciado, no Teatro S. Luiz, em Lisboa, pelo Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, na cerimónia das comemorações do 30º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundal, organizadas entre nós pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

Uma referência muito particular quero fazer a Maria Lamas, fidelíssima combatente antifascista e símbolo da luta da mulher portuguesa pela sua libertação total.

Há trinta anos, a Europa respirava aliviada do pesadelo fascista, renascia a esperança do homem no futuro. Esse renascimento cimentava-se na luta e no sacrifício de milhões de pessoas originárias de todos os continentes. Tal devia bastar para que a humanidade rejeitasse, de uma vez por todas aquela aberração. Sítios houve, porém, onde a derrota de 1945 foi por longo tempo inconsequente. A Portugal, as liberdades conquistadas pelos povos europeus, só chegaram na madrugada do 25 de Abril de 1974. O povo português tem, em relação à Europa, um crédito de trinta anos de liberdade a lançar na conta do fascismo. A neutralidade na guerra de 39-45, para além dos benefícios imediatos, custou ao Povo Português um preço demasiado caro. A não-participação no tremendo conflito foi ignobilmente explorada pelo governo fascista, no sentido de criar num povo, mantido num estado de atraso material e intelectual deplorável, a ideia do guia esclarecido e incontestável na defesa dos interesses da Pátria. A partir daqui, todas as conquistas dos povos, na sua marcha para a liberdade, foram clarificadas e apresentadas como passos na degradação de valores tradicionais, como maquinações diabólicas de inimigos, fomentando-se o individualismo pessoal e o isolamento nacional, como últimos baluartes da dignidade humana. A sombra desta enorme mistificação incentivou-se e desenvolveu-se o capitalismo mais retrógrado, num proteccionismo feroz, na exploração desenfreada das massas trabalhadoras e no comprometimento da independência nacional.

O fascismo português atingiu um tal grau de contradições que, criado pelo capitalismo para seu serviço, acabou por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento desse mesmo capitalismo, ao ponto de originar uma boa aceitação do 25 de Abril pelos seus sectores mais avançados.

Nesta perspectiva, há que estar atento à realidade de que, se o fascismo foi derrubado em Portugal, as forças capitalistas não desistiram nem desistirão facilmente de tentar recuperar as suas condições de expansão.

Perdidas as esperanças do 25 de Abril, como factor de readaptação a novos condicionamentos, o ataque desencadeou-se, como provam as diversas crises atravessadas até ao 11 de Março, e continuará a desenvolver-se utilizando formas mais subtis e menos detectáveis ao nível do Povo Português. É preciso que as classes trabalhadoras estejam conscientes de novos perigos, que olhem a realidade de frente, para além dos programas aliciantes e das propostas brilhantemente demagógicas. Os amigos, bem como os inimigos, revelam-se na prática diária e não através dos verbalismos estéreis. A marcha dura de um processo político difere, substancialmente, do deslizar dos sonhos.

"A nossa luta desenvolve-se em torno do que é e não do que gostaríamos que fosse. Os povos só se libertam pela luta intensa, incansável e de todos os dias, contra a opressão, quando se cansam perdem; para que a luta triunfe é necessário que o povo tenha consciência da sua exploração e também de quem o explora e como o explora. Só assim são aceitáveis os sacrifícios que a revolução pede, só assim aparece claramente projectado o inimigo do povo.

"Sob pena de que a revolução se perca, o povo português, tem de saber distinguir as suas verdadeiras opções, e estas são revolução ou reacção.

"Não se põem, neste momento, tal como desde o início, questões de pormenor.

Não estamos perante problemas que digam respeito à roupagem da via para o socialismo. Tais questões podem levantar-se para camuflar o problema de fundo; para criar divisões entre os trabalhadores; para confundir as mentes. Mas o problema é ainda: ou socialismo ou capitalismo.

"O MFA não faz revoluções contra o povo. Nunca na História se fizeram revoluções contra a vontade do povo, o que por vezes aconteceu foi classificar-se de revoluções, as readaptações das classes dominantes. Mas é preciso que a vontade do povo coincida com os interesses do povo, sem o que essa vontade pode tornar-se objectiva e inconscientemente contra-revolucionária.

UMA REVOLUÇÃO NÃO SOBREVIVE À COMPLETA DEGRADAÇÃO ECONÓMICA"

"Os trabalhadores portugueses foram, desde 25 de Abril de 1974, os grandes geradores da energia da revolução, sem a qual nunca se tinha materializado a união MFA/POVO. Seria trágico que esses mesmos trabalhadores comprometessem todo o processo admitindo no seu seio o divisionismo, deixando galopar o oportunismo político, lutando entre si por questões de pormenor ampliadas artificialmente para servir interesses

(Cont. na pág. 7)

INTERNACIONAL

A LIBERTAÇÃO DO VIETNAM

"Na luta patriótica contra a agressão norte-americana, teremos ainda de suportar mais dificuldades e sacrifícios, mas estamos certos de alcançar a vitória total. Isto é uma certeza absoluta."

Testamento de Ho Chi Minh, 1969

O sucesso da operação "Ho Chi Minh", que terminou com a rendição do regime belicista de Saigão e a libertação da capital, hoje de novo cidade Ho Chi Minh, veio culminar uma guerra de trinta anos que o pequeno povo vietnamita travou contra sucessivas invasões por parte de grandes potências imperialistas persistindo na via da resistência armada e provando que não há poder, por maior que pareça, que se possa opor eficazmente à determinação dum povo.

UMA LUTA PROLONGADA CONTRA O IMPERIALISMO

A mais longa guerra do século começou com a luta contra o imperialismo japonês, que ocupou a Indochina quando a França sucumbiu aos nazis em 1940. Em 1945, Ho Chi Minh, presidente do Vietminh, proclama a independência do Vietnam em Hanoi. Entretanto, a França, ao recompor-se da guerra, vai procurar recuperar as suas antigas colónias e inicia um jogo subtil de infiltração de tropas no Vietnam e hostiliza sistematicamente as forças patrióticas até conseguir desencadear uma nova guerra, com o bombardeamento de Haiphong, em Dezembro de 1946.

Em Maio de 1954, o corpo expedicionário francês (C. E. F. E. O.) tinha 251 mil homens e, em quase oito anos de guerra perdera cerca de 92 mil homens, mortos ou desaparecidos, e 114 mil feridos. No comando das tropas coloniais tinham desfilado os grandes nomes do exército francês, Leclerc, de Lattre de Tassigny (que lá morreu), Salan, Navarre...

Dien-Bien-Phu marca a derrota final da aventura francesa na Indochina. Os acordos de Genéve, em Junho de 1954 estipulam duas zonas de reagrupamento das forças: a Norte do 17.º paralelo, para as forças da República Democrática do Vietnam, ao Sul, para as forças da "Union Française". São marcadas eleições gerais para a reunificação do país até 20 de Julho de 1956.

A França, esgotada, cede o lugar a Washington, que inicia desde logo as suas intrigas com vistas a impedir a reunificação do país e o cumprimento dos Acordos de Genéve e põe no poder Diem, expulsando Bao Dai, triste fantoche francês.

Em Dezembro de 1960 é criada no Vietnam do Sul a Frente Nacional de Libertação (FNL), que preconiza no seu programa de unidade nacional contra o imperialismo norte-americano pela independência, soberania, unidade, integridade territorial e neutralidade do Vietnam, pela salvaguarda da Paz mundial.

Começa então a escalada da guerra que, em fases sucessivas, opõs a mais poderosa das superpotências a um pequeno país, com reduzido apoio externo, se não contarmos com a solidariedade dos povos progressistas do mundo inteiro.

Numa primeira fase, os Estados Unidos empenham abertamente na guerra as suas forças e lançam um ataque sem tréguas, terrestre, aéreo e naval contra os guerrilheiros da FNL e contra a República Democrática do Vietnam. Em 1968, quando os norte-americanos estão mais empenhados na guerra, metade das unidades das suas 24 divisões estavam no Vietnam. Entre elas estava a élite das tropas de élite; os regimentos mais bem armados: a 1.ª, a 4.ª, a 9.ª e a 25.ª divisões de Infantaria; a 101.ª "Airborne" (aerotransportada), e quase toda a 58.ª "Airborne"; a divisão "Americal" e a sinistra "First Cav." (1.ª div. Cav.); a 1.ª e a 3.ª divisões de "Marines", dois dos três regimentos da 5.ª "Marines", e outras unidades, como a 199.ª brigada de infantaria, ou a 173.ª brigada aérea.

No ano seguinte é criado o Governo Revolucionário Provisório, composto por destacadas personalidades patrióticas, revolucionárias, intelectuais e religiosas do Vietnam do Sul, e o Conselho dos *Sages*, sob a presidência de Nguyen Huu Tho, presidente da FNL.

A escalada para uma guerra total prossegue, por parte de Nixon, que bombardeia a República Democrática do Vietnam, mina os seus portos, e tenta por todos os meios arrasar este jovem país socialista: "fazê-los voltar ao período pré-glaciar" era a intenção expressa do general Curtis Le May...

A fase que se segue, perante o descalabro dos Estados Unidos na opinião pública mundial, é marcada pelas negociações e pela retirada das forças militares fardadas americanas, bem como dos seus aliados, qie se vem a concretizar após a assinatura dos Acordos de Paris, e caracteriza-se pelo alargamento da guerra ao Cambodja e ao Laos, e pela "vietnamização" da guerra.

Impossibilitado de prosseguir abertamente a guerra com base nas suas tropas, o imperialismo norte-americano, equipa, treina e comanda um gigantesco exército sul-vietnamita, que atingiu 1,1 milhão de homens, a que continua a prestar apoio aero-naval, bem como arma até aos dentes os seus homens de Pnom Penh que,à falta de melhor, utilizam directamente a U. S. Air Force contra as Forças Armadas Populares de Libertação Nacional do Cambodja.

Face à ofensiva final das forças da FNL, as tropas do regime de Thieu quase não oferecem resistência: de 24 de Março a 30 de Abril as forças de libertação vão de Hué a Saigão. No próprio dia da queda sem resistência da capital, o Governo Revolucionário Provisório é aclamado na nova cidade, numa grandiosa festa de libertação, sob o fundo patético da fuga dos norte-americanos e seus lacaios.

UMA SEVERA DERROTA DOS NORTE-AMERICANOS

A derrota que o imperialismo norte-americano sofreu no Cambodja, no Laos e, particularmente, no Vietnam, representa um enfraquecimento nítido dessa superpotência do ponto de vista militar, económico e político e, consequentemente, é uma grande vitória dos povos e da revolução.

A profunda crise da economia norte-americana, marcada pelo declínio do dólar, é em grande parte condicionada pela guerra, que custou 150 bilhões de dólares aos Estados Unidos, dos quais mais de 140 biliões foram atribuídos à ajuda militar. (1)

A aviação americana largou sobre o Vietnam quase 7,6 milhões de toneladas de bombas de toda a espécie, napalm, fragmentação, desfolhantes, etc.

A força dos bombardeamentos aéreos e terrestres no Vietnam do Sul equivale a três bombas tipo Hiroshima em cada um dos 240 distritos do país, e equivalem a milhares de aldeias arrasadas, a centenas de milhares de hectares de florestas milenárias destruídas pela guerra química, a dezenas de milhares de hectares de arrozais e campos cultivados transformados em desertos.

As perdas humanas e em material foram consideráveis: desde Dezembro de 1961 morreram 56 650 soldados americanos, e mais de trezentos mil foram feridos. A força aérea perdeu 3700 aviões a reacção e mais de 5 mil helicópteros.

O exército americano perdeu todo o seu prestígio e força moral, mesmo no campo interno: segundo estimativas conservadores, 150 mil jovens recusaram-se a servir no Vietnam. (2)

Os grandes diplomatas falharam em Saigão. As melhores cabeças da *inteligentsia* norte-americana, os gabinetes de Harvard e de Princeton e do Pentágono foram ineficazes. Os generais americanos, sempre os melhores estrategas, desfilaram sem sucesso, e alguns morreram por lá. Em vão.

A VITÓRIA INELUTÁVEL DO POVO DO VIETNAM

A vitória do povo vietnamita, como a vitória dos povos do Cambodja, de Angola, da Guiné ou de Moçambique, demonstra claramente que, por mais tentativas que os opressores e os exploradores arranjem para dominar os povos, é em vão que o fazem.

A mais poderosa das superpotências foi derrotada por um pequeno país, cujo povo se armou e, unido, lutou até ao fim pela conquista da independência, da paz, da democracia, da neutralidade contra o imperialismo.

A determinação e a vontade de um povo, unido em torno duma justa causa, são uma força que força alguma do mundo pode demover.

---

(1) A ajuda da URSS e a da República Popular da China à República Democrática do Vietnam é de cerca de 10 biliões de dólares, durante o mesmo período, segundo fontes norte-americanas.

(2) O Pentágono, que nunca teve o sentido do ridículo, indica como número oficial de desertores apenas 1300 homens.